

# Entre azagaias, carroças e espingardas: a escrita do passado sul-africano em George McCall Theal (1837-1919)

Between assegais, ox-wagons, and rifles: the writing of South African past in George McCall Theal

Evander Ruthieri da Silva

<http://orcid.org/0000-0002-5988-3739> 

## RESUMO

Apesar da fragmentação territorial que marcava a África do Sul na segunda metade do século XIX, esse período foi demarcado por significativas publicações que intencionavam fornecer coesão e unidade especialmente em tratados histórico-geográficos. O artigo versa a respeito da escrita do passado sul-africano do historiador George McCall Theal, com ênfase nas suas interpretações dos deslocamentos étnicos gerados a partir do *Great Trek* (1835-1846), período de migrações internas dos bôeres rumo ao interior do subcontinente, e do *mfecane* (c.1815-1835), termo associado ao expansionismo militar dos zulus na mesma região. A ênfase incide sobre as obras *The History of the Emigrant Boers in South Africa* (1888) e *Progress of South Africa in the Century* (1901). Publicadas em um período de intensas animosidades interétnicas ao sul da África, visavam fornecer uma versão coesiva do passado sul-africano, culpando os zulus pelo esvaziamento populacional nas décadas de 1820-1830 e legitimando as aspirações coloniais ao uso e posse de terras.

## ABSTRACT

Despite the territorial fragmentation that marked South Africa in the second half of the nineteenth century, this period was marked by a significant increase in publications intended to provide a particular sense of cohesion and unity, especially in historical-geographical treaties. This article deals with the writing of the South African past by the historian George McCall Theal, with emphasis on his interpretations of the ethnic displacements and the conflicts generated from the Great Trek (1835-1846) - a period of internal Boer migrations towards the interior of the subcontinent - and from the Mfecane (c.1815-1835) - term associated with the Zulus' military expansionism in the same region. The emphasis lies on *The History of the Emigrant Boers in South Africa* (1888) and on the *Progress of South Africa in the Century* (1901). They were published in a period of deep interethnic animosities in southern Africa, and aimed to provide a cohesion version of the South African past, blaming the Zulus for the population reduction from 1820-1830, thus legitimizing the colonial aspirations for land use and occupation.

## PALAVRAS-CHAVE

África; História da historiografia; Historiografia do século XIX

## KEYWORDS

Africa; History of historiography; 19th century historiography

George McCall Theal nasceu na província de New Brunswick, no Canadá, em abril de 1837. Dificuldades financeiras levaram-no a deixar o Canadá na juventude e partir com seu tio, um capitão da marinha canadense, inicialmente para os Estados Unidos, depois para a Serra Leoa e, no início da década de 1870, para o território sul-africano, onde se estabeleceu como professor e jornalista nas regiões fronteiriças da Colônia do Cabo. Naquele mesmo período, publicou o *Compendium of South African History and Geography* (1873), obra que demarcou suas incursões iniciais ao campo da História associadas às suas atividades docentes junto ao *Lovedale Missionary Institution*, missão religiosa e instituição educacional em que atuou como professor durante cinco anos. No momento em que McCall Theal migrou para a região, o território sul-africano encontrava-se dividido entre as Colônias britânicas do Cabo e de Natal, os protetorados e territórios nativos, e as repúblicas bôeres do Transvaal (*Zuid-Afrikaansche Republiek*, República Sul-Africana) e do Estado Livre de Orange (*Oranje-Vrystaat*). Os conflitos interétnicos ocasionados na região, bem como o acirramento de disputas econômicas derivadas das descobertas de jazidas auríferas e diamantíferas nas décadas de 1870 e 1880, atraíram o interesse por territórios que, até aquele momento, apresentavam-se como postos remotos de limitada atenção sob o ponto de vista das políticas de colonização em vigência no Império Britânico.

A trajetória intelectual e os percursos biográficos de George McCall Theal estavam entrelaçados a um momento em que os planos de uma comunidade nacional sul-africana começavam a ser gestados, tanto entre as elites locais quanto do ponto de vista da administração colonial. O período foi marcado pelas propostas de constituição de uma confederação na África do Sul, promovidas pelo então Secretário de Estado das Colônias, Lord Carnarvon, o qual, baseando-se no modelo confederacionista implementado no Canadá, em 1867, pretendia manter a autoridade britânica no território sul-africano, considerado a partir daquele momento, até mesmo pela expansão da mineração diamantífera e ampliação das atividades portuárias,

como uma área de estratégica e vital importância. A estrutura política pretendida por Carnarvon visava unir as colônias e os territórios britânicos e bôeres, de modo a criar uma confederação sul-africana inserida dentro do Império Britânico. A proposta integrava-se aos debates parlamentares na metrópole que passavam a atribuir uma importância maior à política externa e à manutenção do Império, em detrimento de proposições de reformas sociais internas, mas foi recebida com resistência, em especial pelas elites políticas na Colônia do Cabo, as quais, acreditavam, arcariam com os custos do projeto (JENKINS 1996, p. 116-118). Os dirigentes locais haviam garantido o *status* de autogoverno em 1872, consideravam tais iniciativas como uma revogação de seus direitos e, além disso, viam o liberalismo do Cabo como incompatível com o conservadorismo político das repúblicas bôeres (WESSELING 2008, p. 298). A materialização do projeto confederacionista iniciou-se em maio de 1877, com a anexação do Transvaal por Theophilus Shepstone, episódio malfadado que levou à guerra entre bôeres e britânicos entre 1880 e 1881, cujo resultado – a devolução territorial aos bôeres – fraturou os projetos confederacionistas de uma África do Sul unificada naquele momento.

No período, a expressão “questão sul-africana” era utilizada para designar um contexto marcado por instabilidades nas fronteiras das colônias britânicas na região, derivadas, sob muitos aspectos, das resistências das populações africanas diante da expansão colonial e das demandas pelo controle de terras e mão-de-obra local. Tome-se, a título de exemplos, as revoltas dos Griquas e dos Mpondos na Griqualândia, em fevereiro de 1878 e, por volta da mesma época, de Tswanas, Koranas e Khoi-Khoi na região de Kuruman, ao norte da Colônia do Cabo, e dos Bapedi no Transvaal (SCHREUDER 1980, p. 66-67). Não obstante, o contexto imediatamente posterior à devolução do Transvaal marcou um impulso renovado de expansionismo por parte dos bôeres. Liderados pelo presidente Paul Kruger, os bôeres do Transvaal utilizaram-se da instabilidade e do clima de guerra civil estabelecido entre os zulus após a destituição de seu último soberano independente,

Cetshwayo, durante a guerra anglo-zulu de 1879, para garantir a posse de terras; soma-se ainda o estabelecimento das repúblicas bôeres de Stellaland e Goschen, em 1882, que visava dificultar as rotas comerciais britânicas rumo ao norte através da Bechuanalândia, e da Nieuwe Republiek (Nova República) em 1884, em território previamente ocupado pelos zulus. Em oposição à crescente influência imperialista britânica na região, sobretudo após a descoberta das áreas de mineração, Kruger enfatizava o republicanismo bôer, ancorado em leituras do passado que destacavam, em termos que ligavam religiosidade e política, as sagas e o martírio dos *voortrekkers*, bôeres que emigraram para o interior do subcontinente durante a gestão do Governador Benjamin D'Urban na década de 1830. Os migrantes eram retratados nessas narrativas como um 'povo escolhido' que deixou a Colônia do Cabo para escapar das "injustiças e opressões (...) sofridas nas mãos dos britânicos" (GILIOMEE 2011, p. 264) e, após vencer elementos de ordem natural e as resistências dos africanos, fundou o Transvaal, o Estado Livre de Orange e a República de Natália, anexada como Colônia de Natal pelos britânicos em 1843.

A despeito da fragmentação territorial no subcontinente, o período em questão foi demarcado por um aumento significativo de publicações que intencionavam fornecer certo senso de coesão e unidade, especialmente por meio de tratados histórico-geográficos, relatos de viajantes e romances históricos. Tais narrativas associavam-se ao que Saul Dubow caracterizou como a emergência do *sul-africanismo* na segunda metade do século XIX, sentimento de pertencimento político e nacional que, apesar das divisões geopolíticas, almejava a integração das populações brancas a partir da ideia de uma África do Sul simbolicamente unificada pela via de identificações étnicas carregadas de paradigmas de exclusão. Em linhas gerais, o sul-africanismo assumiu a expressão da elite branca de uma sociedade colonial em desenvolvimento econômico e, portanto, visava marginalizar ou negar os direitos políticos às populações negras. O foco primário do sul-africanismo, visto mais como uma crença do que como um sistema ideológico

aperfeiçoado, era baseado no relacionamento de um território nacional em formação com o Império Britânico, bem como no aprimoramento das relações entre bôeres e britânicos. Nesse sentido, assumia uma dimensão transnacional, encarnada em valores como razão, progresso e civilização e, por tal motivo, o conhecimento científico e tecnológico, as instituições de saberes históricos e geográficos, passaram a ser valorizados como elementos estruturantes da nação sul-africana e definidores de sua identidade nacional (DUBOW 2006, p. VI).

O esfacelamento das propostas políticas de confederação sul-africana no final da década de 1870, a emergência do movimento nacionalista *afrikaner* na Colônia do Cabo e a devolução do Transvaal aos bôeres em 1881 emolduraram transformações ideológicas em parte da escrita do passado na África do Sul finissecular. Esse movimento relacionava-se com o fortalecimento dos discursos sul-africanistas mobilizados por setores da elite colonial branca no subcontinente, muitos dos quais visavam constituir uma identidade nacional fortemente coesiva, passível de unir britânicos e bôeres, e simultaneamente excluir ou subjugar as populações negras africanas como elemento constituinte das utopias políticas de uma África do Sul unificada. Esse senso de coesão racial fez uso de elementos da memória pátria para promover um sentimento de pertencimento entre os seus articulistas, elemento presente em parte significativa dos discursos sobre a formação nacional no século XIX. No caso sul-africano, a questão envolveu investimentos simbólicos e afetivos em produções culturais que, com frequência, reinterpretavam, apropriavam ou obliteravam elementos do passado, selecionavam episódios e personagens representativos, de modo a promover “tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes” (POLLAK 1989, p. 9).

Durante parte significativa do século XIX, as incursões à escrita do passado sul-africano transcorriam, majoritariamente, por iniciativa de intelectuais com vínculos a instituições

de caráter histórico-geográfico ou ligados às elites locais, sobretudo na Colônia do Cabo. Tome-se, a título de exemplo, a obra *History of the Colony of the Cape of Good Hope* (1869), um compêndio de história política que visava registrar uma “narrativa do progresso civilizatório” (WILMOT; CHASE 1869, p. 1) da África do Sul, simultaneamente inscrevendo o passado sul-africano na sucessão de impérios coloniais. Isso porque, ainda que respeitando as particularidades locais, a ideia que persiste, sobretudo na primeira parte da obra, incide em enquadrar o território sul-africano em uma intrincada trama de impérios ultramarinos – português, holandês e britânico, personificados em suas elites dirigentes e nas ações políticas realizadas ao longo do período colonial. Um de seus autores, John Centlivres Chase, foi membro atuante da *South African Literary Society*, instituição de caráter científico fundada por um coletivo de intelectuais em 1824, cuja revista, *South African Quarterly Journal*, reservava amplo espaço a investigações geográficas e geológicas em um momento de definição das fronteiras geopolíticas dos territórios sul-africanos. A rede que ligava a produção escrita a instituições científicas igualmente se estende a Alfred Whaley Cole, Roderick Noble e John Noble, fundadores do periódico *Cape Monthly Magazine* e professores da *South African College*, instituição educacional e universitária fundada em 1833. A revista, que se converteu em espaço de divulgação científica e interlocução intelectual, delegava atenção especial aos debates históricos e antropológicos a respeito da ocupação territorial na região, buscando quadros explicativos às configurações geopolíticas da África do Sul na contemporaneidade, a partir da seleção cuidadosa de episódios históricos para compor mitos fundacionais (DUBOW 2006).

Esse movimento de incursão ao passado recente dos territórios sul-africanos também ocorreu no lado bôer da questão. O nacionalismo *afrikaner* ganhou força cultural e política entre as décadas de 1880-1890, integrado por remanescentes das dispersas comunidades bôeres que, liderados por setores da política e da intelectualidade, visavam produzir um sistema de figurações culturais capaz de resistir à crescente influência

britânica na região. A formação do movimento estava interligada à valorização de elementos culturais e linguísticos e, sobretudo, após a reconquista da independência do Transvaal na guerra de 1880-1881, à emergência de um sentimento de “missão nacional” entre os colonos bôeres. Em 1875, Stephanus du Toit, um clérigo da Igreja Holandesa Reformada, ao lado de outros intelectuais, fundou uma sociedade denominada *Die Genootskap Van Regte Afrikaners*, Irmandade dos Verdadeiros *Afrikaners*, dedicada à valorização do uso do *afrikaans*, associação considerada como uma das bases fundacionais do movimento nacionalista. Por meio de suas narrativas histórico-geográficas, du Toit visava fornecer uma visão alternativa àquela promovida por intelectuais no lado anglo-africano da questão. Em 1877, publicou *Die Geskiedenis van Ons Land in die Taal van Ons Volk*, a “história de nossa terra na língua de nosso povo”, considerado como o primeiro tratado histórico sob o prisma de observação *afrikaner*. Em sua óptica, du Toit interpretava os bôeres como um povo distinto, que, embora disperso pelas colônias britânicas e repúblicas independentes, estava cingido por um destino comum, atribuído pela vontade divina, a saber, governar a África meridional e civilizar as chamadas “raças inferiores” (MEREDITH 2008).

Nas incursões iniciais da historiografia sul-africana ao longo do Oitocentos, dois episódios do passado recente assumiram lugar de destaque: o *mfecane* e o *Great Trek*, localizados temporalmente nas três primeiras décadas daquele século. O termo *mfecane*, comumente traduzido como “esmagamento”, foi um neologismo cunhado pela historiografia no século XX<sup>1</sup>, para designar uma série de transformações históricas e migrações populacionais transcorridas na África do Sul do início do século XIX. A historiografia colonial sul-africana, embasada em preceitos racialistas, construiu uma interpretação que enfatizava a violência emanada do centro de poder zulu, e em especial de seu monarca, Shaka kaSenzangakhona, entre as décadas de 1820 e 1830. Na perspectiva desses historiadores, o expansionismo militar dos Zulus teria rompido um equilíbrio anterior e provocado ondas sucessivas de guerras, mortes e

1 - O neologismo *mfecane* foi introduzido pelo historiador Eric Walker em 1928, a respeito dos debates em torno do conceito de *mfecane* na historiografia sul-africana e dos usos políticos do passado, ver: GUMP 1998; COBBING 1988; ETHE-RINGTON 2011.

deslocamentos populacionais (RICHNER 2005; SANTOS 2017, p. 23). Nas últimas décadas do Oitocentos, o *Great Trek*, “Grande Jornada”, isto é, o movimento migratório de bôeres insatisfeitos com a esfera de influência política britânica que deixaram a Colônia do Cabo em comboios formados por carroças puxadas por bois e marcharam ao interior sul-africano em meados da década de 1830, foi interpretado, em especial pelo emergente movimento *afrikaner*, como um mito de fundação de uma nação branca, envolto em graus de martírio e heroísmo (ETHERINGTON 2011). Nos discursos históricos produzidos no período, os dois episódios tornam-se complementares, e suas interpretações atrelavam-se a muitas das ansiedades que perpassavam a elite colonial nas décadas de 1870 e 1880: de um lado, o acirramento das tensões com os s, mormente na chamada guerra anglo-zulu; e, de outro, os atritos com os bôeres que culminaram nos conflitos pós-1880 e na devolução do Transvaal no ano seguinte.

A seleção desses episódios como mitos edificantes da história nacional evidencia os usos políticos do passado, na medida em que tais narrativas histórico-geográficas visavam constituir paradigmas de inclusão e exclusão em uma sociedade colonial perpassada por significativas transformações de cunho político. George McCall Theal, dos lugares sociais em que ocupou ao longo de sua trajetória intelectual, não estava alheio a tais discussões e, por meio de sua obra, contribuiu para sedimentar determinadas visões a respeito do que se considerava como o expansionismo militar dos zulus e a saga dos migrantes bôeres no *Great Trek*, e, no ínterim, forneceu subsídios metodológicos e conceituais para a constituição de um modelo de escrita do passado colonial sul-africano em língua inglesa.

## “Determinação para ser imparcial”: debates letrados e questões de método

Além das diversas instituições históricas e culturais previamente mencionadas, bem como a rede de interlocução formada por impressos periódicos e tratados históricos, o

processo de constituição de interpretações da temporalidade sul-africana recebeu imprescindível contribuição do primeiro arquivista da Colônia do Cabo, Hendrik Carel Vos Leibrandt, e do historiador George McCall Theal, foco de análise do artigo, com ênfase nas suas representações da dispersão zulu e das migrações bôeres. Embora fornecessem visões contraditórias do passado sul-africano, ambos visavam suplantar as distinções entre bôeres e britânicos para compor uma história em longa duração da cooperação e solidariedade entre populações brancas, incluindo holandeses, alemães, huguenotes franceses e britânicos. Nessas e noutras narrativas, figuras representativas de períodos históricos eram eleitas como heróis ou mártires, ao exemplo do governador holandês Simon van der Stell (1639-1712), responsável pela administração do Cabo no final do século XVII, o qual foi considerado por muitos intelectuais do período como um antecedente histórico da identidade colonial branca que visavam promover. Além disso, a assertiva de George McCall Theal a respeito da migração recente de populações negras para o território sul-africano, movimento temporalmente localizado por ele no final do século XVI, igualmente almejava legitimar a perniciosa ideia racialista da África do Sul como uma nação branca, ao implicar que os africanos não possuíam mais direitos a terras do que os europeus e seus descendentes – sejam eles bôeres ou britânicos (FOSTER 2008, p. 41-43).

A partir da década de 1880, McCall Theal produziu sua monumental *History of South Africa*, obra em múltiplos volumes que intencionava fornecer interpretações do impacto cumulativo das populações europeias no sudoeste da África. Na sua escrita da história da África do Sul, Theal representou a experiência colonial nos termos de uma emergente “nova sociedade” pautada em um processo civilizacional protagonizado pelas populações brancas no território sul-africano. E, embora não negligencie a presença de africanos nos processos de dispersão étnica e ocupação territorial da África do Sul, até mesma por sua utilização de relatos orais, notadamente em *Kaffir Folk-Lore*, publicado em 1882, sua história é frequentemente vista sob uma perspectiva teleológica que a aparta do passado branco.

A despeito das pretensões objetivas em produzir uma narrativa científica, sua escrita encontra-se profundamente entrelaçada a posicionamentos pessoais a respeito do domínio de outros territórios e das interações culturais no âmbito do colonialismo (SCHREUDER 1986, p. 95). Afinal, a prática histórica no século XIX estava indubitavelmente articulada a lugares de produção socioeconômicos, políticos e culturais, portanto, perpassada pela experiência social e por configurações identitárias (CERTEAU 2002, p. 71-72).

A perspectiva ideológica professada por McCall Theal deslindava-se em uma visão de mundo que Deryck Schreuder descreveu em termos de um “nacionalismo colonial”, posicionamento político que ganha força no seu projeto de escrita do passado sul-africano a partir de meados da década de 1880, momento em que o historiador aproxima-se do *Afrikaner Bond*, organização política de caráter anti-imperialista criada com o afã de fortalecer os interesses econômicos, culturais e políticos dos *afrikaners*. Até então, em especial no seu panfleto propagandístico destinado a atrair colonos ao Cabo (*South Africa as it is 1871*) e no *Compendium*, McCall Theal apresentava uma visão empática às culturas e costumes africanos, edulcorada por uma rasa preocupação com os direitos nativos no processo de colonização, mas que, simultaneamente, evocava as vantagens da sua cristianização. Dessa forma, a título de exemplo, McCall Theal apresenta os bôeres em seu *Compendium* como um grupo étnico de espírito seminômade, “decididamente livres de vícios proeminentes”, porém, suas perspectivas com relação às populações negras não “consideravam como um pecado desrespeitar os direitos nativos, quando estes direitos interferiam na prosperidade do homem branco”. De modo similar, o historiador, ao mencionar o tratado assinado entre Portugal e o Transvaal, o qual estendeu os limites da República Sul-Africana sobre os territórios Bapedi, afirma que o “naquele tratado, os direitos nativos foram simplesmente ignorados por ambas as potências envolvidas” (THEAL 1878, p. 166-231). Por sua proximidade com o missionarismo de Lovedale, McCall Theal inclui os nativos africanos entre os seus possíveis leitores

e afirma, no prefácio da segunda edição, a necessidade de registrar “tudo na história do seu povo – mesmo as grafias dos nomes de seus antigos chefes” (THEAL 1878, p. VI).

Uma série de fatores políticos e pessoais fraturou sua lealdade ao imperialismo britânico e ao humanitarismo de Lovedale, que inclui a inserção no serviço civil no Departamento de Finanças, e posteriormente no Departamento de Assuntos Nativos, sua aproximação com a elite colonial branca no Cabo (nominalmente do *Afrikaner Bond*), bem como o descontentamento, partilhado por muitos bôeres, com as tentativas britânicas de constituir uma confederação sul-africana. A visão particular em torno de uma identidade local formulada pelo historiador a partir desse momento centralizava uma comunidade colonial branca, convergia na defesa pela administração autônoma dos territórios sul-africanos como uma estratégia política privilegiada e amparava sua legitimidade na ideia de uma unidade cultural partilhada pelos colonizadores e de seu lugar em um amplo sistema imperial. Em suma, o historiador “criou uma *History* que oferecia uma força coesiva, legitimadora e intelectual na evolução de uma mitologia da nacionalidade colonial branca” (SCHREUDER 1986, p. 96), uma espécie de utopia racial, versão apaziguadora do passado, em contraste com o acirramento das hostilidades entre bôeres e britânicos em meados da década de 1880, os quais eram gerados, na sua perspectiva, pelas ambições do imperialismo britânico.

Na interpretação de George McCall Theal a respeito dos processos de ocupação territorial e das práticas políticas coloniais, os colonizadores europeus assumiam um papel heroico na constituição da nação e, por isso, seus ideais de unidade cultural visavam abarcar tanto britânicos quanto bôeres na conformação de uma classe dirigente. Por extensão, sua produção histórica assume uma dimensão fundamental na constituição de uma cultura histórica da elite colonial branca, devido à “sua capacidade de ligar sua visão conceitualizante, e altamente evocativa, de uma nova sociedade colonial branca”

(SCHREUDER 1986, p. 96), somada à inspiração rankeana de produzir uma narrativa histórica a partir de operações de pesquisa envoltas em áurea de objetividade e cientificidade. Tal efeito era promovido não apenas no embasamento a uma extensa pesquisa de fôlego em documentos e acervos concernentes aos séculos recentes da história política sul-africana, mas também pela precisão em coletar e expor datas e eventos com a mínima intervenção ou interpretação do intelectual. Esses elementos demonstram o modo como Theal aproximava-se de tendências mais amplas da escrita da história no período, em especial de historiadores alemães, britânicos e franceses, cuja fundamentação metódica-documental visava afastar-se de outras práticas da cultura histórica, sobretudo dos cronistas, para ser “empiricamente pertinente, argumentativamente plausível e demonstrativamente convincente” (MARTINS 2010, p. 10). Assim, além de ancorar-se numa pressuposta objetividade de sua narrativa – afinal, afirma em diversos momentos ser “guiado pelo princípio que a verdade deve ser contada a despeito da nacionalidade ou partido [político]” (THEAL 1894, p. VII) – Theal utilizava dados antropométricos, evidências geológicas e vastos aportes documentais, enfatizando, mormente em seus prefácios e introduções, os procedimentos de autenticidade, veracidade e coleta da documentação, elementos em comum com as práticas de outros historiadores europeus do período, sobretudo ligados à Escola Histórica Alemã (BARROS 2013, p. 978-979).

Sua condição enquanto *outsider* era, com certa frequência, base primária da áurea de objetividade que o historiador visava produzir em suas narrativas. Afinal, por ser canadense, julgava estar apto a produzir uma versão imparcial do passado sul-africano, ou, como anuncia no prefácio a *The History of the Emigrant Boers in South Africa*:

Determinação para ser estritamente imparcial, liberdade dos preconceitos que podem involuntariamente afetar aquela determinação, são igualmente necessários. Eu acredito possuir tais qualificações, e de qualquer forma tenho feito o máximo

esforço naquela direção. Não tenho interesses a servir com nenhum partido em especial, e estou em termos amigáveis com todos. Embora resida na África do Sul por mais de um quarto de século, sou um canadense por nascimento, o descendente de uma família que se alinhou ao rei durante a época da Revolução Americana, e após isso exilou-se de Nova York para New Brunswick [Canadá] com outros Royalistas. Os primeiros anos de minha vida após a infância foram passados nos Estados Unidos e em Serra Leoa. Portanto, nenhum vínculo de sangue e nem preconceitos adquiridos na juventude são barreiras para que possa formar um julgamento imparcial dos eventos que ocorreram na África do Sul há uma geração (THEAL 1888, p. VIII-IX).

A tradição arquivística, se cotejada ao cerne da produção intelectual e da trajetória de George McCall Theal, pode ser vislumbrada na produção de uma série de trinta e seis volumes intitulada *Records of the Cape Colony 1793-1831*, no qual o historiador sul-africano compilou e transcreveu documentos concernentes à administração da Colônia do Cabo no período de transição à esfera de influência ultramarina britânica. Por extensão, Theal ainda publicou outras séries de documentos, tais como os nove volumes da *Records of South-Eastern Africa*, entre 1898 e 1903, e, a serviço do governo recentemente estabelecido na União Sul-Africana, os *Documents Relating to the Kaffir War of 1835*, publicado em 1912. A vasta documentação compilada por Theal nesses volumes derivava da tradição europeia na arquivística, mas também de um interesse ávido pela oralidade, em particular na incorporação das culturas africanas. A utilização de testemunhos orais torna-se significativa para a produção de interpretações sobre as transformações históricas na África do Sul do início do século, fenômeno observado por McCall Theal como resultado do expansionismo zulu e da incorporação de suas estratégias e sistemas militares por outros grupos africanos, ao exemplo dos Ngwane, cuja aniquilação era justificada pelo historiador como medida defensiva para o Cabo (RICHNER 2005, p. 130).

O uso de fontes orais nas práticas históricas concernentes ao *mfecane* aponta para as “complexas relações” entre as narrativas

africanas e os discursos coloniais, em especial nos “processos de representação nos quais se engajam” (NDLOVU 2017, p. 8). Afinal, embora muitos relatos referentes às estratégias militares dos zulus no período tenham sido publicados por viajantes ou missionários europeus, as trajetórias de suas lideranças foram transmitidas oralmente pelos *izimbongi*, categorizados por Sisifo Ndlovu como “intelectuais públicos” responsáveis pela ressignificação e continuidade da memória coletiva entre os zulus. Os épicos disseminados oralmente pelos *izimbongi* integravam a “organização comunal” dos zulus, e era um elemento constituindo das “suas próprias formas de projetar e interpretar as suas realidades e experiências” (NDLOVU 2017, p. 5). Por isso, a incorporação da oralidade africana nas primeiras obras de McCall Theal aponta para as interações culturais no embate colonial em termos de apropriação, isto é, de narrativas africanas sendo ressignificadas para acomodar os interesses coloniais, sobretudo no que compete à apropriação de terras e controle de mão-de-obra africana.

Em seu *History of South Africa*, publicado entre as décadas de 1880 e 1910, George McCall Theal visou retratar a história do *veld* e das relações interétnicas que levaram à constituição do território sul-africano moderno. O ponto de partida fundamenta-se na migração de etnias africanas na região, particularmente os grupos San e Khoikhoi, bem como o impacto causado pelas levadas imigratórias dos Nguni e os Sotho. Além desses temas, Theal dedicou volumes à chegada dos primeiros portugueses no subcontinente sul-africano e à crescente concentração de holandeses, alemães e huguenotes franceses na região a partir do século XVII. Os volumes finais de sua coletânea privilegiavam a presença crescente e a força política dos britânicos no território sul-africano, tomando a década de 1890 como contexto de encerramento de sua obra. Nesses últimos tomos, escritos e publicados após a constituição do estado nacional sul-africano (União Sul-Africana 1910), a guerra entre bôeres e britânicos ocupa um lugar significativo e um alerta acerca dos efeitos de conflitos entre brancos, bem

como das consequências perniciosas da excessiva interferência do imperialismo britânico. O historiador verte seus olhos ao passado na intencionalidade de pavimentar uma ideia de África do Sul branca, sustentada pelo trabalho nativo e na constituição de reservas tribais administradas por uma elite formada a partir da aproximação entre britânicos e bôeres (SCHREUDER 1986, p. 97-98).

A trajetória de George McCall Theal no campo da historiografia sul-africana do século XIX ainda se torna emblemática dos embates que cercam as "lutas de representações" (CHARTIER 1990, p. 17) em torno de um passado comum, convertido em objeto de disputa por distintos posicionamentos políticos. O episódio em questão, a saber, a designação de Hendrik Leibbrandt para o cargo de arquivista oficial da Colônia do Cabo em 1881, evidencia as disputas entre diferentes vertentes da produção escrita e da cultura histórica na África do Sul ao *fin-de-siècle*, contrapondo, de um lado, o círculo de intelectuais razoavelmente alinhavados ao lado imperialista da questão; e, de outro, um grupo "settler", no qual McCall Theal integrava-se, e que enfatizava os interesses do colonato e das elites locais. É possível que esses atritos, sintomáticos dos embates e disputas geradas no campo da intelectualidade, já apresentassem precedentes no início da década anterior, já que a *Cape Monthly*, em agosto de 1873, publicou uma crítica pontiaguda ao *Compendium of South African History and Geography* de Theal. O artigo direciona seus comentários mais ásperos ao excesso de violência atribuído por Theal aos governadores coloniais, em especial no que se refere ao tratamento de nativos:

talvez houvesse casos excepcionais de tratamento cruel destes nativos, cujas disposições selvagens eram suficientes para provocar; mas como um todo, e em clara comparação com outros assentamentos mesmo em tempos posteriores, o colono do Cabo era distinto, tal qual ele ainda é, por consideração no que diz respeito ao seu *volk*" (A NEW BOOK 1873, p. 127-128).

Pouco mais de uma década depois, a indicação de Leibbrandt representou um golpe significativo para McCall Theal, o qual compreendia que, por seus méritos profissionais e produção intelectual, a função naturalmente lhe pertencia (MERRINGTON 2012, p. 200).

As controvérsias entre essas duas vertentes já haviam se deslindado a partir das interpretações díspares fornecidas em torno da figura do governador holandês Willem Adriaan van der Stell, afastado do cargo em 1707 após acusações de corrupção referentes à concessão de monopólio sobre a comercialização de carne e vinho. Na perspectiva de Leibbrandt, as intenções de Van der Stel, vistas como tirânicas e opressivas pelo lado bôer do embate, visavam ao desenvolvimento da agricultura na colônia do Cabo, e não necessariamente implicavam na delimitação dos direitos dos colonos. Sua defesa por Van der Stell fica evidente na seleção dos documentos que integram a obra *Precis of the archives of the Cape of Good Hope*, em especial no volume dedicado às argumentações do governador durante as acusações:

o governador responde que rapidamente mostrará (...) que foi injustamente, falsamente, maliciosamente acusado (...), que lhe causa ampla tristeza e mágoa, após ter sido líder de uma cidade bem governada e amplamente civilizada, e partilhar de um governo justo e adequado (LEIBBRANDT 1896, p. 428).

McCall Theal, em seu *Compendium*, já indicara van der Stell como um indivíduo “apaixonado, tirânico e cobiçoso de riquezas”, o qual enriquecera às custas dos “burghers” e, municiado de uma “fúria sem limites”, estabelecera “um reino de terror” na Colônia do Cabo (THEAL 1878, p. 94-95). Como resultado, os simpatizantes do *Afrikaner Bond* alinharam-se à interpretação de George McCall Theal, enquanto que aqueles favoráveis à modernização, intervenção estatal e desenvolvimento político das relações com o Império Britânico, forneceram apoio à visão de Leibbrandt. Nesse ínterim, o primeiro ministro do cabo, Sir Gordon Sprigg negou o acesso de Theal aos arquivos

na Cidade do Cabo, sob a alegação de que a administração colonial opunha-se à sua ocupação parcial como historiador, demandando-lhe dedicação integral ao cargo de funcionário civil (MERRINGTON 2005, p. 201).

Como afirma Peter Merrington, a designação de Leibbrandt gerou controvérsias, já que diversos membros do comitê organizado no ano precedente com a função de selecionar o Bibliotecário Parlamentar e Arquivista Colonial, haviam previamente apontado McCall Theal para a função. Seu principal articulista havia sido Jan Hendrik Hofmeyr, membro do *Afrikaner Bond* e editor de seu periódico principal, *Het Volksblad*, o qual fez uso dos editoriais para a defesa do historiador ao cargo. De modo semelhante, Saul Solomon, editor do *Cape Argus* e membro do parlamento do Cabo, havia apoiado a designação de Theal. O primeiro ministro do Cabo ignorou a indicação do comitê e manteve Leibbrandt na função, em parte por ter previamente garantido ao arquivista o encargo de catalogar e coletar fontes e arquivos da cidade de Graaff-Reinet, no Cabo Oriental, região de importância histórica nas lutas pelas demarcações de fronteiras do território sul-africano. A controvérsia entre Theal e Leibbrandt estava igualmente imersa em outras particularidades retóricas e políticas: a tonalidade das narrativas do passado sul-africano de McCall Theal era muito mais empática à causa do separatismo bôer; enquanto Leibbrandt alinhava-se ao lado do imperialismo britânico, ao exemplo de seu cunhado, o supramencionado historiador John Noble, e de Douglas Fairbridge, membro da Assembléia Legislativa do Cabo (MERRINGTON 2005, p. 201).

## “Guerras de extermínio”: o mfecane e o Great Trek

No que diz respeito à formação nacional do território sul-africano em seu período mais recente, duas chaves de leitura recebem relevância na obra de George McCall Theal: o *Great Trek*, em especial no volume dedicado às migrações internas dos bôeres na África do Sul, particularmente sintomático de sua empatia à causa bôer, e o *mfecane*, ao produzir uma

narrativa hegemônica, geograficamente coesa, racialmente informada e fortemente zulucêntrica, sobretudo em seu *Progress of South Africa in the Century* (1901). Esses processos históricos, caracterizados pela dispersão étnica rumo ao interior dos territórios coloniais, eram vistos pelo historiador sul-africano como intrinsecamente interligados e, ao defender o protagonismo bôer na história política colonial em oposição às práticas vistas como bárbaras e tiranas da monarquia zulu, proporcionava um relato do passado que atendia às expectativas de muitos membros da elite branca colonial na África do Sul. Tais sujeitos formavam, presumivelmente, a comunidade de leitores imaginada por McCall Theal, independentemente de sua identificação étnica, já que, como relembra no prefácio de *Progress*, o historiador almeja produzir “as verdades indisputáveis sobre a história sul-africana, e cada indivíduo poderá colorir estas verdades para adequar às suas inclinações, seja em favor dos ingleses, holandeses ou bantos”. E, apesar de declarar-se ansioso pela “extensão e solidificação do Império”, Theal adverte seus leitores a respeito do fato de que não “permitira aquele sentimento prejudicar meu trabalho” (THEAL 1901, p. VI).

Até a década de 1870, as principais narrativas que tratavam dos movimentos migratórios de africanos entre os anos de 1810-1830 concentravam-se em áreas geográficas ou grupos étnicos específicos, produzindo, de modo reiterado, um discurso que enfatizava a multiplicidade de atores históricos envolvidos na história da África do Sul das primeiras décadas do século. Em linhas gerais, alguns autores, ao exemplo de missionários e viajantes, destacavam a emergência do reino zulu, a formação da Zululândia e o esvaziamento populacional da região de Natal, posteriormente ocupada pelos *vootrekkers*; as incursões militares dos tlôkwa e mais tarde dos ndebele, as quais teriam produzido um vazio populacional além das fronteiras da Colônia do Cabo; a travessia dos ngwane, de Natal para o Transkei, pela região do Transgariep, onde teriam sido derrotados por um exército colonial; e, por fim, narrativas sobre os fingo, oriundos de Natal, escravizados

pelos gcaleka e libertados pelo governador D'Urban. No período de publicação das obras de Theal, a questão zulu e sua incorporação problemática à sociedade colonial sul-africana voltava ao debate, nominalmente pelos conflitos gerados pela resistência dos zulus liderados pelo rei Cetshwayo em fins dos anos de 1870, o que ajuda a explicar sua ênfase zulucêntrica (RICHNER 2005).

Afinal, a partir daquele momento, a historiografia colonial passou a promover uma visão unificada desse contexto, que culpabilizava os zulus pelos deslocamentos populacionais ou pelo suposto extermínio étnico que teria causado um esvaziamento no interior do subcontinente sul-africano entre as décadas de 1810 e 1830; o processo, posteriormente designado de *mfecane*, era intimamente associado à formação do estado Zulu, visto como epicentro das transformações históricas (RICHNER 2005, p.182-183). Segundo Norman Etherington, tais narrativas também eram debitárias à oralidade africana, ao exemplo dos basothos, governados por Moshweshwe (1786-1870), os quais, conscientes das discussões a respeito da ocupação e uso das terras, esforçaram-se para promover suas próprias histórias, muitas das quais coligidas por missionários, para legitimar suas demandas em um período no qual a influência política das lideranças locais era medida pela posse de terras, e não mais apenas por rebanhos de gado. George McCall Theal, ao apropriar-se dessas narrativas africanas, em geral centradas na região do rio Caledon, transformou as demandas de líderes africanos em uma justificativa generalizada para a ocupação das terras por britânicos e bôeres, já que, nessa perspectiva, elas teriam sido esvaziadas pela onda de violência provocada pelos zulus (ETHERINGTON 2011, p.333-337).

Ao tratar sobre as guerras zulus em seu *Compendium*, Theal concentrou-se sumariamente nas regiões costeiras do Cabo Oriental, na Colônia de Natal e na Zululândia, promovendo uma interpretação dos processos de migração do início do século como resultantes da ação expansionista dos zulus, bem como da adoção de suas estratégias militares por outros grupos étnicos.

O historiador adotou uma forma de periodização tripartite predominante no período, sugerida na primeira metade dos anos de 1870 por Theophilus Shepstone, secretário de assuntos nativos na Colônia de Natal: um período inicial, anterior à década de 1810, marcado pela ausência de conflitos, idealizado como um momento edênico de relativa harmonia entre as populações africanas; uma segunda fase, entre 1812 e 1820, caracterizada por “um grande redemoinho de confusão, guerra e massacre” (THEAL 1878, p. 82), promovido pela evasão de diversas lideranças militares africanas que fugiam das forças zulus em direção ao sul; e um período posterior, em que a ação colonial britânica almejava suplantar a fase de violência e genocídio étnico por meio da cristianização e da intensificação do processo civilizatório (RICHNER 2005, p. 130).

Nesta óptica, o que se observa é uma visão que enfatiza certo efeito dominó, na medida em que o monarca zulu, Shaka, era responsabilizado pela “trajetória de sanguinolência” que teria, eventualmente, promovido a migração de diversos grupos populacionais, “alguns fugitivos selvagens, inconsequentes, buscando apenas ficar para além do controle dos bandos de Tshaka [sic]”, outros “furiosos por terem perdido suas posses e determinados a infligir em outros as misérias que eles mesmos passavam” (THEAL 1878, p. 82). Na escrita do passado sul-africano empreendida por McCall Theal, as forças motrizes do expansionismo zulu nas três primeiras décadas do século perpassam, indubitavelmente, pelas marcas do racismo como elemento estruturante dos sentidos explicativos elaborados pelo historiador: a violência descomedida, o desejo de provocar “massacres e roubos” é atribuído por ele ao simples “desejo de sangue humano e uma resolução por viver e reinar sozinhos” (THEAL 1878, p. 83). A convergência entre o determinismo biológico e preceitos evolucionistas tornaram-se predominantes no pensamento social e histórico de vários intelectuais no último quartel do século, de modo a ecoar, na produção de Theal e de muitos de seus contemporâneos, em um ideário de superioridade racial europeia em detrimento do barbarismo e selvageria associado às “raças nativas”.

Além disso, persiste nas narrativas formuladas por George McCall Theal um aspecto que o conecta a diversas produções de caráter histórico gestadas na segunda metade do século XIX: a crença de que a individualidade representada pelas lideranças político-militares – os “grandes homens” – seria capaz de irradiar elementos de compreensão para toda a tessitura social e cultural na qual se encontravam inseridos, ideia apresentada originalmente por Thomas Carlyle na década de 1840 (LORIGA 2011, p. 53-61). Daí a ênfase constante, sobretudo no *Compendium*, em torno das trajetórias de Shaka e seus sucessores imediatos, Dingane e Mpande. Não há nele a intenção de transformá-los em heróis: Dingane é descrito como um governante “sem qualquer talento, um mero copista”, cujo temperamento refletia em seus exércitos ao demandarem “novas vítimas”; Mpande, seu irmão e sucessor, é visto pelo historiador como “um homem sem nenhuma genialidade”, cujo reinado demarcou o declínio do expansionismo militar iniciado por Shaka, mesmo que sem a perda de “sua ferocidade” (THEAL 1878, p. 197). Como se vê, o discurso racialista, em articulação à crença na individualidade representativa, visa apresentar os zulus como movidos pela violência descomedida e desmotivada – ou ainda destituídos de sua própria agência, como meros “copistas” sem “genialidade”.

Publicado em 1901 em volume único, *Progress of South Africa in the Century* pode ser visto como uma sumarização da *magnum opus* de George McCall Theal, *History of South Africa*, apresentando de modo conciso os principais argumentos da sua obra enciclopédica. A julgar pelo título, amplamente sugestivo das utopias de civilização e progresso que perpassam a produção deste historiador, persiste uma concepção de tempo linear e progressivo, indicado pela divisão interna do texto: se os primeiros capítulos são dedicados aos “antigos habitantes da África do Sul”, isto é, “bushmen”, “hottentots” e “bantos”, o desfecho de *Progress* assinala que “o grande progresso dos últimos anos se deve a uma quantidade maior de comunidades europeias sendo livres para conduzir seus próprios assuntos da sua própria forma” (THEAL 1901, p. 506). Por tudo o que se viu

acerca da trajetória de McCall Theal, não surpreende o fato de que, ao tratar sobre sua contemporaneidade demarcada pela segunda guerra sul-africana, travada entre bôeres e britânicos entre 1899 e 1902, o imperialismo britânico, se movido por “paixão e derramamento de sangue”, não é visto como uma força coesiva, mas sim como causa imediata para uma “grande onda de barbarismo”, responsável por “intensos sentimentos de hostilidade e ódio entre povos que precisam continuar a viver juntos no mesmo solo”, isto é, “ingleses e holandeses, tão intimamente ligados por sangue e caráter” (THEAL 1901, p. 502).

O período correspondente às décadas de 1810 e 1830 é tratado no capítulo destinado a lidar com a “guerra zulu de extermínio”, e demarca um retorno de McCall Theal à ideia da individualidade representativa, pois o reino zulu é personificado nas ações e trajetória de Shaka, comparado, na abertura do texto, aos massacres promovidos pelo imperador romano Júlio César na Gália, embora “aquele número foi grandemente ultrapassado pela carnificina causada direta ou indiretamente por Tshaka na África do Sul” (THEAL 1901, p. 169). Além de descrever a trajetória de Shaka, e sua ascensão ao poder entre os zulus devido a atos de bravura e crueldade, o período é descrito pelo historiador a partir da retórica do “mito das terras vazias” (MCCLINTOCK 2010), isto é, o expansionismo zulu nas primeiras décadas do século teria causado um vazio populacional que facilitou a ocupação posterior da região pelos colonos bôeres. A dispersão populacional provocada por Shaka era interpretada por McCall Theal como um dos males necessários para sua concepção de progresso no subcontinente, já que “se o terrível exterminador nunca tivesse existido indubitavelmente teríamos progresso na África do Sul, mas não seria aquele tipo de progresso que ocorreu, não existiriam o Estado Livre de Orange, a República do Transvaal ou a Colônia Rodésia, como existem atualmente” (THEAL 1901, p. 170). A ideia de um violento efeito dominó causado pelo reino zulu recebe ênfase no capítulo:

Os próximos a fugir foram a grande tribo dos Amangwane, os pequenos tigres, que plenamente justificavam seu nome pela conduta que mantinham. Deixando seu antigo lar nas margens do Umzinyati, eles atacaram primeiro os Hlubis, que dispersaram, e então atravessaram a [cordilheira de] Drakensberg e atacaram o povo que ocupava a região norte do que hoje é a Basutolândia e a parte oriental do Estado Livre de Orange. Estes, incapazes de resistir ao choque da horda de Matiwane, que tinham parcialmente adotado as armas zulus, fugiram por sua vez, e sob a liderança de uma mulher chamada Ma Xtatise atravessaram o rio Vaal e dirigiram-se ao noroeste. A região diante deles era densamente habitada, mas as populações não eram suficientemente inteligentes para se unir a tempo de um perigo em comum. Uma região foi assim destruída, seu gado e grãos devorados, e então a horda assassina movia-se para a próxima (THEAL 1901, p. 174).

A historiografia recente tem demonstrado que esses movimentos migratórios não estavam necessariamente ligados a “guerras de extermínio” provocadas internamente pelo expansionismo Zulu, mas demarcavam a emergência de novas lideranças africanas e a formação de reinos independentes, muitos dos quais baseados em formas mais antigas de organização sócio-política. Julian Cobbing questionou a interpretação zulucêntrica da *mfecane*, apontando ao fato de que as transformações nas sociedades africanas do início do século XIX também ocorreram em reação defensiva contra o avanço europeu na região, ao exemplo dos comerciantes portugueses de escravos na região da baía Delagoa, a captura de nativos xhosa pelos colonos do Cabo Ocidental ou as incursões de griquas e koras na região do Transgariiep, responsáveis por comercializar escravos sotho-tswanas na colônia do Cabo (COBBING 1988). A partir dos escritos de McCall Theal, essa rede intrincada e complexa de processos históricos foi convertida em uma série de eventos desencadeados teleologicamente: populações deslocadas pelo avanço zulu, ao exemplo dos ngwane (“amangwane”), teriam incorporado suas táticas militares, provocando subsequentes ondas de terror e extermínio.

Dentre os sobreviventes da “guerra de extermínio” promovida pelas azagaias de Shaka, McCall Theal ainda relata a proliferação de práticas de canibalismo. As narrativas de canibalismo integravam muitos dos relatos de missionários e viajantes que descreveram as regiões de Natal, do Transvaal e do vale Caledon durante a primeira metade do século XIX, e, a despeito das hipóteses contraditórias a respeito de sua veracidade, faziam parte do imaginário de muitos europeus a respeito do interior da África do Sul. As práticas de canibalismo e escravidão, com certa frequência inter-relacionadas (RICHNER 2005, p. 193-194), integravam a imaginação literária e as ficções científicas da África como um “continente negro”, particularmente intensificada nas últimas décadas do século com a proliferação de relatos de viajantes e antropólogos, e com o acirramento da corrida colonial. Por um lado, os relatos de antropofagia reforçavam preceitos evolucionistas que observavam em seus praticantes os estágios mais inferiores da evolução humana, ofereciam uma legitimação política, de base pseudocientífica, para justificar o domínio das terras ultramarinas por europeus vistos como civilizados e de modo simultâneo legitimavam o extermínio étnico das “raças menos desenvolvidas” (BRANTLINGER 1985, p. 185-186). Por outro, demonstram o modo como tais discursos dotados de uma áurea de cientificidade eram constituídos a partir de elementos presentes nos romances góticos e na literatura aventuresca, ao cingirem cenários de violência interétnica e declínio racial, especialmente na obra de George McCall Theal, povoada por um simultâneo entusiasmo com o futuro político da África do Sul e preocupações de âmbito racial, sobretudo com a miscigenação, vista como uma ameaça ao progresso colonial.

O deslocamento populacional e o genocídio atribuído por Theal ao expansionismo zulu teriam facilitado, por sua vez, a emigração dos bôeres para o interior do subcontinente na década de 1830. Porém, o historiador sul-africano aponta um importante antecedente, sintomático das resistências dos colonos diante da crescente influência política britânica: a rebelião de Slachter’s Nek em 1815, ocasionada após a morte

do fazendeiro bôer Frederik Bezuïndenhout, executado por soldados britânicos da Colônia do Cabo ao ser acusado de maus tratos contra seus escravos de origem khoi. Na óptica de McCall Theal, um dos líderes da rebelião, Jan Bezuidenhout, é descrito como um fazendeiro iletrado, porém dotado de um “código de honra (...), que continha pelo menos um dos princípios comuns às mentes mais nobres em todos os setores de sua raça: morrer, ao invés de fazer algo degradante”. Além disso, sua esposa é delineada por Theal como uma evidência da racialidade elevada dos bôeres, afinal tratava-se de “uma verdadeira mulher do interior sul-africano”, a qual demonstrava que “o sangue batavo não havia degenerado pela mudança do clima”. Para Theal, o imperativo ético e político do historiador era lembrar esses episódios da resistência bôer, legitimá-los como parte do passado colonial e salvaguardá-los para sua geração, pois as prisões e execuções dos membros do movimento deixavam claro “a natureza impiedosa da autoridade inglesa”, e conclui, ao afirmar que a punição não passava de um “grave erro político” (THEAL 1901, p. 118-120).

Convém ainda destacar que, em *Progress*, McCall Theal utiliza do termo “*afrikander*” para descrever os colonos do início do século, expressão que passa a ser de uso comum apenas nas décadas de 1870-1880, como parte das novas configurações de identificação política constituídas na África do Sul do período; o anacronismo, aqui, deixa inegáveis os vínculos entre as ações justificadas dos bôeres no passado e de seus descendentes em tempos de “derramamento de sangue” na busca pela liberdade política e religiosa longe da opressão imperial britânica. Ao recuperar o episódio de Slachter’s Nek, representa seus articulistas como mártires injustiçados diante das novas legislações concernentes ao trabalho servil africano estabelecidos pelo governo colonial no Cabo e a mobilização de tropas compostas por Khoi-Khoi (GILIOMEE 2011, p. 84-85). Em favor de suas utopias de pureza racial, McCall Theal ignora o fato de que diversos dos homens envolvidos na revolta viviam com esposas africanas; que uma de suas lideranças, Cornelis Faber, tentou realizar uma aliança político-militar com os ngqika; e

que, de um modo geral, os fazendeiros bem estabelecidos pouco se interessaram pelo movimento, composto, majoritariamente, por rufiões iletrados das fronteiras, destituídos de terras próprias e com rebanhos limitados. Até mesmo a opção pelo uso do termo “*afrikander*”, e não mais “*boer*”, evidencia não apenas o peso político atribuído à designação, especialmente após a formação do *Afrikander Bond* em 1881, mas também os vínculos entre colonos brancos e proprietários de terras, já que alguns setores do *Bond* compreendiam que o partido estava fundamentado “em vínculos comunais de forma a excluir não brancos” (GILIAMEE 2011, p. 289).

Mais do que uma análise detalhada da saga dos *vootrekkers*, *History of the Emigrant Boers in South Africa* fornece pistas importantes a respeito do método histórico mobilizado por George McCall Theal. No prefácio, o historiador destaca a ausência de estudos a respeito das migrações bôeres e do estabelecimento das repúblicas do Transvaal e do Estado Livre, além de enfatizar suas “incomuns capacidades para coletar informações orais”, tanto de testemunhas europeias quanto africanas envolvidas nos processos históricos privilegiados. Além disso, atesta ao caráter arquivístico-documental de seu trabalho, com ênfase na documentação coletada nos Arquivos Coloniais do Cabo e nos Arquivos Holandeses; na sua perspectiva, a documentação cingida possuía “o maior valor histórico”, suplantando, inclusive os *bluebooks* produzidos pelo governo britânico, os quais, concluía, estariam inflamados por sentimentos tendenciosos. A tradição arquivística torna-se um corolário da objetividade do historiador, na medida em que “após ler, comparar e digerir [os documentos], o único trabalho em escrever a história da emigração era aquele de guiar a pena”. A seleção documental pressupõe igualmente a exclusão de uma gama de fontes que McCall Theal considera como demasiadamente parciais, “como aqueles devotados a controvérsias teológicas, poesia, ficção e ciências especiais” (THEAL 1888, p. V-VIII).

No capítulo dedicado ao *Great Trek*, o autor categoriza a migração de milhares de bôeres rumo ao interior do subcontinente como uma ânsia por escapar “do que viam como uma opressão intolerável”, promovendo “um evento singular na história da colonização moderna” (THEAL 1888, p. 59). O episódio possibilita ao historiador elaborar largamente a respeito das discussões raciais concernentes aos bôeres, aproximando-os dos anglo-saxônicos, pois afirma que os bôeres na África do Sul são “homens de nossa própria raça, daquela vigorosa vertente teutônica holandesa que ocupou a Inglaterra e a Escócia” a qual, a despeito dos processos históricos de dispersão geográfica, conservou “de modo imutável” a “corrente contumaz”. A miscigenação entre britânicos e bôeres é vista como uma evidência das relações harmônicas e cordiais cultivadas pelos colonos da região antes do *Great Trek*, fraturadas, no início do século XIX, por uma complexidade multicausal: segundo McCall Theal, a “comparação de numerosos documentos escritos em diferentes épocas, por diferentes pessoas” possibilita vislumbrar um quadro explicativo das razões que levaram os colonos bôeres a deixarem a Colônia do Cabo. Em primeiro lugar, o governo britânico é acusado por sua incapacidade de fornecer proteção em amparo aos colonos, bem como de favorecer as populações nativas em disputas por terras. Em segundo, os missionários da London Society, acusados de abuso de autoridade e de “advogar esquemas diretamente hostis ao progresso da civilização e a manutenção da ordem”, o que demonstra o afastamento de McCall Theal do missionarismo, nota expressiva de seus primeiros trabalhos. Por fim, a questão nativa: a abolição do trabalho servil nas colônias britânicas e a concessão de “perfeita igualdade política” aos nativos, embora Theal destaque a escassez de documentos concernentes a esse fator (THEAL 1888, p. 59-65).

Uma das questões sobre as quais McCall Theal se detém em sua análise dos fluxos migratórios rumo ao interior do subcontinente diz respeito ao seu estatuto jurídico, bem como o reconhecimento dos direitos políticos dos colonos bôeres e a legitimação de sua autonomia com relação às instituições

britânicas. O historiador atentava-se ao fato de que “os primeiros emigrantes constantemente defendiam que deixaram a Colônia para se livrarem não da lei, mas da ausência de lei [*lawlessness*]”, e, neste mesmo movimento, “defendiam ter deixado de serem cidadãos britânicos” (THEAL 1888, p. 70). A alegação da autonomia política dos bôeres, justificado por seu anseio por uma sociedade distinta da *lawlessness* representada pela autoridade britânica, ressoava de modo empático ao separatismo bôer da década de 1880, ao observar em seus antecedentes um movimento legítimo, movido por insatisfações que se intensificam no período em questão. Na configuração do mito de origem nacional delineado em sua obra, o historiador mapeia não apenas chaves de leitura para a gestão dos ressentimentos entre britânicos e bôeres, mas também uma via de justificação das lutas pela independência e da existência legítima das suas repúblicas. De modo distinto das ações do governo britânico nas décadas de 1830-1840, que inicialmente recusa-se a reconhecer a autonomia política bôer, o reconhecimento da independência do Transvaal pela Convenção de Londres, em 1884, é laureada posteriormente por McCall Theal como um “ato de liberalidade por parte do governo”, e “não há motivos pelos quais os sentimentos mais amistosos não possam ser renovados por parte daquele pequeno estado” [o Transvaal] (THEAL 1901, p. 438).

Mais do que a busca por terras ou riquezas, o *Great Trek* é apresentado nessas narrativas, em especial se cotejadas com as outras demandas de bôeres e seus descendentes, como uma constante busca por liberdade irrestrita, pela premissa de uma “terra prometida”. A trajetória dos *voortrekkers* era apresentada por McCall Theal como uma saga de lutas contra forças da natureza, escassez de recursos e mantimentos, e constantes ataques dos matabele (ndebele), liderados por Moselekatse (Mzilikazi) e posteriormente dos zulus, governados na época por Dingane, meio-irmão de Shaka. Na óptica do historiador canadense, a legitimidade das reivindicações bôeres por terras se baseava tanto nas suas conquistas militares contra os nativos quanto no argumento do esvaziamento de

terras provocado pelas guerras zulus: ao avançarem sobre as margens do rio Caledon, os *voortrekkers* “não encontraram pessoas naquela vizinhança exceto bosquímanos, e ninguém teve objeções à ocupação das terras” (THEAL 1888, p.56). “Exceto bosquímanos”: estava claro para McCall Theal naquele momento que, por pertencerem a “raças inferiores” e devidamente desumanizados, a presença africana naquelas regiões tornava-se efêmera com a chegada de populações brancas. O que antes era visto como um movimento migratório dentre tantos outros, adquiria ares de singularidade e, tanto nas obras de McCall Theal quanto em outros textos de historiadores *afrikaners*, transformava-se na “Grande Jornada”.

Se Shaka torna-se uma individualidade representativa do expansionismo zulu, do lado bôer da questão, McCall Theal faz questão de selecionar heróis e mártires, com destaque para uma das principais lideranças *voortrekkers*, Piet Retief, assassinado com sua delegação de bôeres por Dingaan em 1838. A carta-declaração de Retief, na qual expõe as principais insatisfações e reivindicações dos emigrantes, é resgatada por McCall Theal como um dos documentos que testemunha a origem da identidade *afrikaner* e da própria África do Sul enquanto tal. Além de remeter suas origens étnico-raciais à leva de imigrantes huguenotes que deixaram a França no final do século XVII em busca de liberdade religiosa, o historiador descreve Piet Retief como um “homem de grande valor” que desafiou a autoridade dos governadores do Cabo, e, ao aproximar-se dos colonos bôeres da região, conquistou “sua confiança e estima”. O líder *vootrekker*, que previamente ocupava um cargo militar, ainda recebe destaque no momento em que, ao desafiar o sistema de tratamento nativo estabelecido por Andries Stockenstrom em dezembro de 1836, o qual reconhecia a autoridade e soberania dos chefes das tribos xhosa alocados para além de Fish River e estendia a eles a responsabilidade da manutenção da ordem entre seus súditos. Segundo McCall Theal, Piet Retief, por sua oposição, foi “oficialmente retirado da lista de comandantes de campo” (THEAL 1888, p. 81); com uma dose moderada de imaginação histórica, pode-se especular que talvez o canadense

encontrasse nele alguém que, tal qual o próprio historiador, havia sido deliberadamente excluído de encargos oficiais por suas afiliações políticas.

Nesse sentido, um último elemento ressalta das narrativas de McCall Theal acerca das migrações dos bôeres na década de 1830: seu antagonismo quanto à administração colonial e as supostas medidas discriminatórias tomadas pelo Cabo. Segundo Norman Etherington, até então, a responsabilidade pelas migrações não era atribuída à administração do governador D'Urban, o qual possuía relativa admiração pelos bôeres, e um jornal anglófono contemporâneo aos fatos expressava suas esperanças de que "esta migração pode ser a maior benção já vivenciada nesta parte da África do Sul" (ETHERINGTON 2011, p. 340). Até mesmo em outros tratados histórico-geográficos, ao exemplo do supramencionado *History* de Alexander Wilmot e John Chase, os *voortrekkers* são descritos em termos amenos, como "fazendeiros prósperos e inteligentes" (WILMOT; CHASE 1869, p. 343), e as insatisfações dos bôeres são atribuídas a questões ligadas aos ataques de africanos às suas propriedades. Em *History of the emigrant Boers*, Theal responsabiliza diretamente o "Governo Imperial" por sua incapacidade em proteger os habitantes do Cabo contra ataques, pela sua parcialidade ao "favorecer os selvagens" e pela "forma injusta" com a qual a escravidão foi abolida (THEAL 1888, p. 62). Dessa forma, o historiador canadense reforçava a hipótese da opressão britânica, identificada como resultante de seu imperialismo, e simultaneamente demonstrando uma visão empática com os bôeres.

A escrita da história de George McCall Theal deixou reverberações inegáveis nas leituras do passado sul-africano delineados pelos projetos políticos anglo-bôeres no final do século XIX. No que diz respeito aos deslocamentos étnicos de africanos nas primeiras décadas, o historiador canadense erradicado na África do Sul propôs uma narrativa geograficamente coesa, que culpabilizava os zulus, uma força política inegável no final da década de 1870 e ameaça aos projetos expansionistas,

como responsáveis pelo genocídio e dispersão étnica que teria ocasionado um esvaziamento territorial, posteriormente ocupado pelos bôeres. Por esse motivo, a intencionalidade de McCall Theal visava legitimar a dispersão dos colonos bôeres na década de 1830 como uma saga em busca pela liberdade, para longe da presença britânica, cujo imperialismo, em especial se associado à intervenção militar no processo de anexação territorial, era caracterizado pelo historiador como violento e conflituoso. Em um momento no qual a ideia de uma África do Sul unificava estava sendo gestada, o projeto de escrita do passado de McCall Theal partia de pressupostos racialistas, ao enfatizar a legitimidade política de uma comunidade colonial de ascendência europeia e, afastando-se de seu contato inicial com o missionarismo e o humanitarismo, visava negar o acesso a terras e a direitos políticos aos africanos negros.

## REFERÊNCIAS

A NEW BOOK ON THE CAPE. **The Cape Monthly Magazine**, v. 7, p. 127-128, 1873.

BARROS, José D'Assunção. Ranke: Considerações sobre sua obra e modelo historiográfico. **Revista Diálogos**, v. 17, n. 3, p. 977-1005, 2013. DOI 10.4025/dialogos.v17i3.774. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/35976/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRANTLINGER, Patrick. Victorians and Africans: The Genealogy of the Myth of the Dark Continent. **Critical Inquiry**, v. 12, n. 1, p. 166-203, 1985. DOI: 10.1086/448326. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/448326?mobileUi=0&>. Acesso em: 17 mai. 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

COBBING, Julian. The Mfecane as Alibi: Thoughts on Dithakong and Mbolompo, **Journal of African History**, v. 29, p. 487-519, 1988. DOI: 10.1017/S0021853700030590. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-african-history/article/mfecane-as-alibi-thoughts-on-dithakong-and-mbolompo1/342F2627DC6748BA17D732C83A6326FA>. Acesso em: 25 jul. 2019.

DUBOW, Saul. **A Commonwealth of Knowledge:** Science, Sensibility and White South Africa (1820-2000). Oxford: Oxford University Press, 2006.

ETHERINGTON, Norman. **The Greak Treks:** the transformation of Southern Africa (1815-1854). Londres: Longman, 2011.

FOSTER, Jeremy. **Washed with Sun:** Landscape and the Making of White South Africa. Pittsburgh: University of Pittsburg Press, 2008.

GILIOMEE, Hermann. **The Afrikaners:** Biography of a People. Londres: Hurst, 2011.

GUMP, James. Origins of the Zulu Kingdom. **The Historian**, v. 50, n. 4, p. 521-534, 1988. DOI: 10.1111/j.1540-6563.1988.tb00757.x. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1540-6563.1988.tb00757.x>. Acesso em: 23 jul. 2019

JENKINS, T. A. **Disraeli and Victorian Conservatism.** Londres: Macmillan, 1996.

LEIBBRANDT, H. C. V. **Précis of the archives of the Cape of Good Hope.** Cape Town: W. A. Richards & Sons, 1896.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MARTINS, Estevão de Rezende. **A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX.** São Paulo: Contexto, 2010.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Campinas: Unicamp, 2010.

MEREDITH, Martin. **Diamond's, Gold and War: the British, the Boers and the Making of South Africa.** Nova York: Public Affairs, 2008.

MERRINGTON, Peter. Nothing new under the Sun: anatomy of a literary historical polemic in Colonial Cape Town, circa 1880-1910. *In*: DELMAS, Adrien; PENN, Nigel (orgs.). **Written Culture in a Colonial Context: Africa and the Americas, 1500-1900.** Leiden: Brill, 2012.

NDLOVU, Sifiso Mxolisi. **African Perspectives of King Dingane Kasenzangakhona.** New York: Palgrave Macmillan, 2017.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 20 jan. 2017.

RICHNER, Jürg Emil. **The historiographical development of the concept mfecane and the writing of early Southern African history (1820-1920).** Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História, Rhodes University, Grahamstown, 2005.

SANTOS, Gabriela Aparecida. **Lança presa ao chão: guerreiros, redes de poder e a construção de Gaza** (travessias entre a África do Sul, Moçambique, Suazilândia e Zimbábue, século XIX). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SCHREUDER, Deryck. The Imperial Historian as Colonial Nationalist: George McCall Theal and the Making of South African History. *In*: MARTEL, Gordon (org.). **Studies in British Imperial History**. Nova York: Palgrave Macmillan, 1986.

SCHREUDER, Deryck M. **The Scramble for Southern Africa, 1877-1895: the politics of partition reappraised**. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

THEAL, George McCall. **Compendium of South African History and Geography**. Alice, South Africa: Lovedale Missionary Institution, 1878.

THEAL, George McCall. **Kaffir Folk-Lore: A Selection from the Traditional Tales Current Among the People Living on the Eastern Border of the Cape Colony**. Londrs: Swan Sonnenschein, Le Bas & Lowrey, 1886.

THEAL, George McCall. **Progress of South Africa in the Century**. Londres: Linscott, 1901.

THEAL, George McCall. **The History of the Emigrant Boers in South Africa, or, the wanderings and wars of the emigrant farmers from their leaving the Cape Colony to the acknowledgment of their independence by Great Britain**. Londres: Swan Sonnenschein, Lowrey & Co., 1888.

THEAL, George McCall. **The Story of Nations: South Africa**. Londres: T. Fisher Unwin, 1894.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar: a partilha da África, 1880-1914.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

WILMOT, Alexander; CHASE, John Centlivres. **History of the colony of the Cape of Good Hope.** Cape Town: J.C. Juta, 1869.

## AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Evander Ruthieri da Silva 

evander.ruthieri@gmail.com

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná

Curitiba

Paraná

Brasil

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

RECEBIDO EM: 16/ABR./2019 | APROVADO EM: 11/SET./2019